

## POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das informações financeiras consolidadas, foram utilizadas informações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

#### *Recuperação judicial*

Em 25 de janeiro de 2018, por meio do processo de nº 0300188-72.2018.8.24.0024 a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Em 25 de janeiro de 2018, houve a nomeação do administrador judicial responsável pela Recuperação Judicial da Companhia, tendo sido assinado o termo de compromisso em 1º de fevereiro de 2018.

Em 2 de maio de 2018 a Companhia entregou seu plano de recuperação judicial, que se encontra em análise pelo Administrador Judicial, para posterior submissão aos credores da Companhia.

## 2. CONTROLADA

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas informações financeiras encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

### 3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

#### *Aprovação das demonstrações financeiras*

A emissão das informações financeiras intermediárias e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2019.

### 3.2. RECLASSIFICAÇÕES DE DÉBITOS VINCULADOS AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 25 de janeiro de 2018, a Companhia obteve aprovação de seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC). Mediante referida aprovação (ainda não homologada em assembleia de credores), e com base na lista de credores apresentada ao Administrador da Recuperação Judicial em 2 de maio de 2018, a Companhia realizou, a partir do 1º trimestre de 2018 a reclassificação dos débitos inclusos no referido plano, com o intuito de apresentá-los de forma segregada dos demais passivos da Companhia e de sua Controlada. Contudo, enquanto aguarda os desfechos deste processo, a Companhia não reconheceu nenhum efeito contábil de redução de seus passivos, bem como reflexos em sua demonstração de resultado, que eventualmente venham a ocorrer em caso de aprovação de seu pedido de Recuperação Judicial.

### 3.3. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

### 3.4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

### 4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

#### Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### 4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

#### 4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

##### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

##### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (exceto aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

#### b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

#### c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando incorridos, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

#### d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

### 4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

### 4.5. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

#### 4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Até o 3º trimestre de 2018, a Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a baixa integral de referida reserva.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

#### 4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

##### a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

##### b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

#### 4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### 4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

#### 4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

#### 4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

#### 4.14. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### 4.15. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Caixa	2	-	3	-
Banco conta movimento	1	59	23	67
	<u>3</u>	<u>59</u>	<u>26</u>	<u>67</u>

## 6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Duplicatas a receber	471	482	1.060	2.259
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(469)	(446)	(1.038)	(635)
	<u>2</u>	<u>36</u>	<u>22</u>	<u>1.624</u>

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
A vencer	-	18	4	1.004
Vencidas				
Até 30 dias	-	17	3	466
31 a 60 dias	1	-	4	153
61 a 90 dias	2	1	5	1
91 a 180 dias	2	75	11	64
a mais de 180 dias	466	371	1.033	571
	<u>471</u>	<u>482</u>	<u>1.060</u>	<u>2.259</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/dez/17	31/12/2018	31/dez/17
Saldo inicial	(485)	(484)	(1.174)	(665)
Adições	(140)	(71)	(685)	(87)
Recuperações	156	109	821	117
	<u>(469)</u>	<u>(446)</u>	<u>(1.038)</u>	<u>(635)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Produtos em formação (safra da maçã)	1.620	4.375	1.620	4.375
Material consumo e reposição	749	1.047	772	1.070
	<u>2.369</u>	<u>5.422</u>	<u>2.392</u>	<u>5.445</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>				
Cofins	-	-	238	201
IRPJ	133	133	148	147
PIS	-	-	58	47
CSLL	47	47	56	56
IRRF sobre aplicação financeira	-	-	-	41
Contribuição social sobre lucro	3	3	3	17
	<u>183</u>	<u>183</u>	<u>503</u>	<u>509</u>
<b>Não Circulante</b>				
Cofins	1.987	2.170	3.620	3.794
Pis	583	650	897	961
(-) Provisão de glosas	(797)	(846)	(1.452)	(1.501)
	<u>1.773</u>	<u>1.974</u>	<u>3.065</u>	<u>3.254</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

## 9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Adiantamento a fornecedores	3.690	5.193	3.761	5.278
Adiantamento de férias	2	8	2	8
Adiantamento a funcionários	12	30	12	31
Provisão para perdas	(3.676)	(4.830)	(3.747)	(4.830)
	<u>28</u>	<u>401</u>	<u>28</u>	<u>487</u>

## 10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<b>Circulante</b>				
Área de 1.234.200,00 m <sup>2</sup> (i)	-	-	-	270
Área de 2.304.100,00 m <sup>2</sup>	140	140	140	140
	<u>140</u>	<u>140</u>	<u>140</u>	<u>410</u>
<b>Não Circulante</b>				
Área de 2.172.52,00 m <sup>2</sup>	-	-	-	1.900
Área de 4.183.669,38 m <sup>2</sup>	1.800	1.800	3.700	1.800
Provisão para perdas	(1.799)	-	(3.698)	-
	<u>1</u>	<u>1.800</u>	<u>2</u>	<u>3.700</u>

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados à lavratura das escrituras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou a expectativa de realização desses ativos e optou por constituir provisão para perdas nos montantes de R\$1.799 na controladora e R\$3.698 no consolidado, uma vez que, esses ativos estão vinculados a credores da Companhia que foram incluídos em seu plano de recuperação judicial. Assim, a possibilidade de realização de tais ativos por eventual encontro de contas com os passivos devidos a esses credores passou a ser remota.

## 11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	167	167
Outros custos a apropriar	-	92	-	154
	<u>-</u>	<u>92</u>	<u>167</u>	<u>321</u>
Não Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	625	791
Outros custos a apropriar	-	10	-	10
	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>625</u>	<u>801</u>

Nessas rubricas são registradas, substancialmente, as despesas antecipadas de arrendamentos de pomares, pagos antecipadamente pela Companhia, que são apropriadas ao resultado do exercício de acordo com seu correto período de competência.

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Contribuição Social Rural	-	-	930	929
Depósitos Judiciais CVM	117	117	117	118
Depósitos Judiciais Badesc	-	132	-	165
Depósitos para demanda trabalhista	-	74	-	74
	<u>117</u>	<u>323</u>	<u>1.047</u>	<u>1.286</u>

### *Contribuição social rural*

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

### *Depósitos judiciais – CVM*

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

### *Depósito judicial BADESC*

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato. Em virtude da liquidação integral do programa PESA ocorrida em 2018, referido depósito foi realizado.

### 13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$8.037 (R\$3.166 em 2017) registrado na controladora na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$4.873 (R\$3.120 em dezembro de 2017).

### 14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	-	17.592	-	17.592
	<u>-</u>	<u>17.592</u>	<u>-</u>	<u>17.592</u>

Em 28 de setembro de 2018, através de Instrumento de Declaração firmado em cartório, a Companhia efetuou transferência definitiva da propriedade do imóvel ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE) que por sua vez deu encaminhamento aos tramites legais e burocráticos para a consolidação das matrículas em seu nome. Dessa forma, o saldo contábil desta rubrica foi baixado contra a rubrica empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 17).

### 15. IMOBILIZADO

Controladora

	<b>Saldo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>
	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>1.621</b>	<b>304</b>	<b>(381)</b>	<b>(228)</b>	<b>1.316</b>
Edificações	7	-	(7)	-	-
Benfeitorias	357	-	-	(54)	303
Máquinas e Equipamentos	1.134	304	(327)	(153)	958
Veículos e Tratores	56	-	(46)	-	10
Móveis e Utensílios	67	-	(1)	(21)	45
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
Vestário/Banheiros Vacaria	25	-	-	-	25
<b>Reavaliações</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>(373)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Terrenos	372	-	(372)	-	-
Edificações e Benfeitorias	1	-	(1)	-	-
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
	<b>2.020</b>	<b>304</b>	<b>(754)</b>	<b>(228)</b>	<b>1.342</b>

Consolidado

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>11.809</b>	<b>421</b>	<b>(529)</b>	<b>(308)</b>	<b>11.393</b>
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	6.538	-	(42)	(63)	6.433
Benfeitorias	802	-	-	(20)	782
Culturas Permanentes	392	-	-	(55)	337
Maquinas e Equipamentos	3.857	421	(440)	(141)	3.697
Veículos e Tratores	71	-	(46)	(4)	21
Móveis e Utensílios	85	-	(1)	(25)	59
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
Vestiário/Banheiros Vacaria	25	-	-	-	25
<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>114</b>
Florestas em formação	114	-	-	-	114
<b>Reavaliações</b>	<b>374</b>	<b>-</b>	<b>(373)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Terrenos	372	-	(372)	-	-
Edificações e Benfeitorias	1	-	(1)	-	-
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>16.276</b>	<b>-</b>	<b>(28)</b>	<b>(281)</b>	<b>15.967</b>
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.650	-	(19)	(20)	1.611
Benfeitorias	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	3.842	-	(1)	(143)	3.698
Câmaras Frigoríficas	10.143	-	-	(106)	10.037
Veículos e Tratores	66	-	(8)	(10)	48
Móveis e Utensílios	7	-	-	(2)	5
	<u>28.599</u>	<u>421</u>	<u>(930)</u>	<u>(589)</u>	<u>27.500</u>

Em 2018, mediante autorização prévia do juízo responsável pelo processo de recuperação judicial da Companhia, foram alienados alguns ativos operacionais da Companhia como forma de reequilíbrio de caixa, assim como para adequar suas ativos à atual capacidade operacional da Companhia.

## 16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	555	1.600	-	-
Fornecedores matriz	644	4.333	929	4.789
Fornecedores RJ	2.496	-	2.770	-
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	-	-	4	4
Provisão para juros sobre títulos em atraso	-	127	-	180
	<u>3.696</u>	<u>6.060</u>	<u>3.703</u>	<u>4.973</u>

*Parceria rural com a controlada*

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, com prazo de duração indeterminado.

## 17. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
Instituições Financeiras	Taxa anual contrato	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante					
BRDE - Renegociação RJ	TR	484	-	38.973	38.918
Duplicatas Descontadas/ Sifra	Mercado	-	-	-	906
Saldo Bancario Devedora	NT	2	-	8	72
Fidc Empirica SIFRA	Mercado	-	2.038	-	2.038
Fundo AFARE		1.200	-	1.200	-
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	31	-	30
B. Daycoval S/A	CDI	2	2.121	2	2.121
B. Daycoval S/A	CDI	37	32	37	32
Fidc Empirica SIFRA RJ		2.038		2.038	
B.Daycoval S/A		2.121		2.121	
		5.884	4.294	44.378	44.117
Não Circulante					
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	29	-	29
Fidc Empirica SIFRA	Mercado	-	2.038	-	-
BRDE - Renegociação	TR	-	-	2.608	-
	TJLP + juros		17.812	-	17.812
		-	17.841	2.608	17.841

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, a Companhia concluiu no 3º trimestre de 2018 a dação em pagamento das matrículas alienadas fiduciariamente ao BRDE, o que resultou na baixa integral da conta “Propriedade para Investimentos”, e a quitação parcial do empréstimo no montante de R\$17.989 junto à referida Instituição.

## 18. FINANCIAMENTOS PESA



Controladora

Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/17
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	5.732	5.561	171	597
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	-	-	-	102
BRADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2020	7.184	5.486	1.698	1.841
BANCO DO BRASIL - BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	8.789	5.562	3.227	3.206
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM + 3%	2022	69	-	69	63
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	10.068	8.055	2.013	2.491
BRDE 2.1105401-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2021	-	-	-	565
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	104	87	17	23
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	104	87	17	21
TOTAL				32.050	24.838	7.212	8.909

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/18	31/dez/17
BRADESCO 800001	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	-	-	-	1.699
BANCO DO BRASIL - BESC 54970024	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	10.619	6.676	3.943	4.034
BADESC 93084-100-0	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	-	-	-	117
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	17.346	14.553	2.793	3.728
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	5.198	3.271	1.927	2.021
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	7.569	4.778	2.791	2.934
TOTAL				40.732	29.278	11.454	14.533
Total Consolidado				72.782	54.116	18.665	23.441

No 3º trimestre de 2018, foram quitados os contratos nº 910380007 e nº 9308410000 junto ao BADESC (Agência do Estado de Santa Catarina S.A), e o contrato nº 80001, junto ao Bradesco.

## 19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante				
Salário	189	200	189	204
Rescisão	76	329	76	329
FGTS	158	594	158	599
INSS	128	115	128	125
Provisão	292	402	300	425
	843	1.640	852	1.682

## 20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS – PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante				
FGTS	-	326	-	326
PERT	-	52	-	49
IRRF	-	-	-	(3)
Acordo Rescisões	-	2.457	-	2.482
Salários e enc sociais RJ	4.974	-	5.085	-
	<u>4.974</u>	<u>2.835</u>	<u>5.085</u>	<u>2.854</u>
Não circulante				
Acordo Rescisões	-	895	-	895
	<u>-</u>	<u>895</u>	<u>-</u>	<u>895</u>

#### *Débitos migrados para programas de parcelamentos*

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, a Companhia e sua controlada aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do “PRT”.

Nesta adesão, foi reconhecido os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que se refere, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

## 21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante				
ICMS	52	52	52	52
IRPJ/CSLL	60	60	60	64
INSS	42	-	42	-
ISS/IPTU	63	112	63	112
	<u>217</u>	<u>224</u>	<u>217</u>	<u>228</u>
Não circulante				
ICMS	327	327	327	327
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RURAL	145	213	145	213
INSS	93	-	93	-
ISS/IPTU	-	277	-	277
	<u>565</u>	<u>817</u>	<u>565</u>	<u>817</u>

## 22. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Pomifrai Fruticultura S.A.	27.606	27.725	-	-
Débitos com acionistas	438	2.979	949	2.979
Mútuo com diretores	2	-	374	15
Partes Relacionadas RJ	2.994		3.045	
	<u>31.040</u>	<u>30.704</u>	<u>4.368</u>	<u>2.994</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

#### Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

#### Débitos com acionistas

Ao longo dos exercícios de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador. Referidos débitos são atualizados com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

## 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Circulante				
Arrendamentos	179	694	356	870
Processos a Pagar	16	16	16	16
Litígio CAM	760	236	760	236
Outros	1.167	1.204	1.167	1.226
Outros RJ	410	-	431	-
	<u>2.532</u>	<u>2.150</u>	<u>2.730</u>	<u>2.348</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Não Circulante				
Valores a Pagar	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	-	-	1.334	1.334
	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>8.874</u>	<u>8.874</u>

## 24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Contingências trabalhistas	136	136	140	140
Contingências cíveis	580	400	720	550
Contingências tributárias	653	653	653	653
	<u>1.369</u>	<u>1.189</u>	<u>1.513</u>	<u>1.343</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 31 de dezembro de 2018, existe o montante de R\$1.513mil em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados.

Adicionalmente, a Companhia é parte integrante em dois processos regidos em Câmara Arbitral, cujo detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº35.

### 24.1. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/17	136	140
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/12/18	<u>136</u>	<u>140</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a controladora é parte em 23 ações trabalhistas (21 ações com probabilidade de perda possíveis e 2 remotas), acrescida de 1 ação trabalhista na controlada (1 possível).

#### 24.2. Contingências cíveis

Contingências Cíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/17	400	550
Constituição	180	170
Reversões	-	-
Saldo em 31/12/18	580	720

Em 31 de dezembro de 2018, a controladora é parte em 17 ações cíveis, sendo que (7 possíveis, 3 remotas, 1 provável), acrescida de 06 ações cíveis na controlada, (2 remota e 3 possíveis, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$796 e R\$1.752, respectivamente.

#### 24.3. Contingências tributárias

Contingências Tributárias	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/17	653	653
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/12/18	653	653

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

#### 24.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha à Companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão. Outras informações a respeito deste assunto constam na nota explicativa nº35.

### 25. PASSIVO A DESCOBERTO

#### 25.1. Capital social (em R\$)

Em 29 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do §1º do Artigo 5º de seu Estatuto Social, no valor de até R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão para subscrição privada de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas escriturais e sem valor nominal. Até 30 de junho de 2017 foram subscritas 64.168 (sessenta e quatro mil, cento e sessenta e oito) novas ações novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,50 (Um Real e cinquenta centavos) por ação, totalizando o valor de R\$96.252,00 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais). Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$142.812.954,05 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), representado por 12.006.636 (doze milhões, seis mil, seiscentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

#### 25.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006. Referida amortização foi integralmente amortizada em 2018.

#### 25.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será realizada, quando aplicável, na forma da Lei nº 9.249/95.

### 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

### 27. PREJUÍZO BRUTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Venda de mercadorias	203	30.928	4.220	42.937
Venda de mercadorias - exportação	938	2.334	938	2.334
Venda de serviços	70	506	77	513
Receita bruta	1.211	33.768	5.235	45.784
Devoluções e abatimentos	-	(107)	-	(118)
Impostos	(19)	(936)	(20)	(936)
Deduções	(19)	(1.043)	(20)	(1.054)
RECEITA LÍQUIDA	1.192	32.725	5.215	44.730
Custo das mercadorias e serviços	(2.075)	(33.399)	(8.810)	(49.154)
PREJUÍZO BRUTO	(883)	(674)	(3.594)	(4.424)

A significativa redução apresentada nas rubricas do quadro acima é reflexo, principalmente, do plano de reestruturação da Companhia, que visa adequar suas operações à sua real situação econômico/financeira, bem como repactuar obrigações com seus credores, por meio do pedido de recuperação judicial comentado na nota explicativa nº1.

## 28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Custos e gastos com pessoal	(1.659)	(2.794)	(1.686)	(2.967)
Consultorias, auditorias e assessorias	(216)	(597)	(219)	(598)
Despesas legais	(407)	(539)	(422)	(550)
Insumos e manutenção	(20)	(69)	(29)	(95)
Tributos federais, estaduais e municipais	(353)	(454)	(793)	(663)
Multas e Juros sobre tributos	-	(23)	-	(79)
Despesas com viagens	(180)	(262)	(183)	(262)
Serviço terceiros	(377)	(79)	(415)	(80)
Serviço terceiros advocatícios	(995)	(354)	(995)	(370)
Depreciação e amortização	(18)	(40)	(32)	(61)
Frete e carretos	-	(88)	-	(88)
Mensalidades e anuidades	(110)	(171)	(153)	(293)
Provisão para perdas	(214)	-	(411)	-
Avisos e Publicações	-	(64)	-	(64)
Outros	(61)	(124)	(85)	(198)
	<u>(4.610)</u>	<u>(5.658)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>(6.368)</u>

## 29. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Honorários advocatícios e processos CAM	-	(129)	-	(129)
Processos a Pagar	-	(95)	-	(95)
Outros	-	(3)	-	(3)
	<u>-</u>	<u>(227)</u>	<u>-</u>	<u>(227)</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readaptação do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes. Referidas despesas foram substancialmente ocorridas no período de 2015 e 2016, mantendo reflexos menores ao longo do exercício de 2017.

## 30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)



	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
Reversao (constituição) de provisoes com glosas	49	(114)	49	(189)
Constituição de provisao para contingencias	(180)	(217)	(170)	(185)
Recuperação de despesas	4	308	190	404
Despesas tributarias	-	(151)	-	(587)
Redução PRT (i)	-	2.425	-	3.103
Erradicacao de Pomares (ii)	-	(2.531)	-	(2.531)
Provisao processos produtores 2017/2018 (iii)	220	(4.830)	220	(4.830)
Provisão para perdas redutoras de Ativos	(729)	(265)	(2.628)	(265)
Venda/Baixa de Imobilizado	794	(2.307)	937	(3.251)
Outras	(106)	(611)	(471)	(578)
	<u>52</u>	<u>(8.293)</u>	<u>(1.873)</u>	<u>(8.909)</u>

(i). Refere-se aos efeitos de redução vinculados a adesão ao programa de parcelamento, conforme mencionado na nota explicativa n20.

(ii). Refere-se a lançamento referente a erradicação de pomares realizado no exercício anterior.

(iii) A rubrica “Provisão para processos com produtores” reflete a atualização da provisão para perdas, ocorridas nos adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos de fomento da safra. A Companhia está tomando as medidas cabíveis para recuperação dos valores pelo não cumprimento dos instrumentos Particulares de Contrato de Compra e Venda de Maçãs da Safra 2017/2018, entretanto, conservadoramente, foi constituída provisão para perdas considerada suficiente para cobrir possíveis perdas.

## 31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<u>Resultado financeiro PESA</u>				
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetária e juros CTN	6.380	3.731	15.494	10.340
	<u>6.380</u>	<u>3.731</u>	<u>15.494</u>	<u>10.340</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetárias e juros PESA	(5.736)	(1.449)	(9.411)	(4.348)
	<u>(5.736)</u>	<u>(1.449)</u>	<u>(9.411)</u>	<u>(4.348)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/18	31/dez/17	31/dez/18	31/dez/17
<u>Outros resultados financeiros</u>				
<u>Receitas Financeiras</u>				
Redução juros e multas PRT/Refis municipal (i)	-	1.350	-	1.681
Juros ativos	12	713	15	718
Variações cambiais ativas	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	60	248	60	249
	<u>71</u>	<u>2.311</u>	<u>75</u>	<u>2.649</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros com financiamentos	(651)	(2.591)	(2.732)	(5.191)
Juros passivos	(240)	(940)	(246)	(1.097)
Despesas descontos duplicatas	(16)	(721)	(126)	(945)
Outras despesas financeiras	(28)	(722)	(3.084)	(388)
	<u>(935)</u>	<u>(4.974)</u>	<u>(6.188)</u>	<u>(7.620)</u>
Total Liquido	<u>(220)</u>	<u>(382)</u>	<u>(30)</u>	<u>1.021</u>

## 32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

### 32.1 Risco cambial

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados à moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

### 32.2 Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

### 32.3 Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados nas notas explicativas nº 17 e 18. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

### 32.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui derivativos contratados e operações de hedge.

## 33. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por evento</u>	<u>controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Vigência</u>
Funcionários	Acidentes com DMHO	61.000	61.000	31/10/2019
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	19.450	19.450	29/09/2019
Agrícola	Granizo	2.912.256	2.912.256	31/05/2019

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

## 34. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edgar Rafael Safdie - Presidente  
Rogerio Pereira de Oliveira  
Doris Beatriz França Wilhelm  
Gelmir Antonio Bahr

### 35. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESAO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 29/10/2015

O pleito da Companhia era: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

O Processo foi encerrado dia 19 de dezembro de 2018. A despeito do disposto nos artigos 30 e 109, § 1º, da Lei nº 6.404/76, bem como nas Instruções CVM nº 10/1980 e 390/2003, a Câmara de Arbitragem do Mercado considerou válida a garantia de preço mínimo estabelecida no Acordo de Incorporação celebrado em dezembro de 2009 pela administração à época. Com isso, apenas 2 acionistas foram beneficiados em detrimento de todos os demais, já que a garantia de preço mínimo funciona como uma “opção de venda” outorgada a tais acionistas contra a Companhia (em violação à legislação em vigor).

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas informações financeiras intermediárias, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Empresa, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

(\*\*\*)